

# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



# A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas 2

Willian Douglas Guilherme  
(Organizador)



2019 by Atena Editora  
Copyright © Atena Editora  
Copyright do Texto © 2019 Os Autores  
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora  
Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
Diagramação: Natália Sandrini  
Edição de Arte: Lorena Prestes  
Revisão: Os Autores



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição Creative Commons. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

### **Conselho Editorial**

#### **Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais  
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília  
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa  
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

### Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

### Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

<b>Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)</b>	
E24	<p>A educação no âmbito do político e de suas tramas 2 [Recurso eletrônico] / Organizador Willian Douglas Guilherme. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (A educação no âmbito do político e de suas tramas; v. 2)</p> <p>Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader. Modo de acesso: World Wide Web. Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-865-6 DOI 10.22533/at.ed.656192312</p> <p>1. Educação e Estado – Brasil. 2. Educação – Políticas públicas. I. Guilherme, Willian Douglas. II. Série.</p> <p style="text-align: right;">CDD 379.81</p>
<b>Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422</b>	

Atena Editora  
Ponta Grossa – Paraná - Brasil  
[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)  
[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br)

## APRESENTAÇÃO

O e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas” foi pensado de modo que pudesse reunir pesquisas sobre educação de diversas partes do Brasil. Fazendo um apanhado de discussões atualizadas e apresentando um conjunto de resultados e experiências inovadoras, visando contribuir com a educação, sobretudo, no âmbito político e suas tramas.

São 122 artigos divididos em 4 Volumes sendo que, **neste Volume 2**, os temas selecionados foram Educação e Inclusão Escolar e Social, Arte e Cultura, Saúde e Educação. São 31 artigos que chamam para um diálogo provocante e construtivo. O índice é um convite a leitura.

No **Volume 1**, os artigos foram reunidos em torno de temáticas voltadas para Educação Infantil, Ensino Médio, Educação Superior e Ambiente Virtual de Aprendizagem, totalizando 33 textos inéditos.

No **Volume 3**, são 18 artigos em torno da temática Interdisciplinaridade e 11 artigos relatando propostas e experiências sobre Administração Escolar.

Fechando esta edição, no **Volume 4** trazemos 29 artigos divididos entre as temáticas da Formação Continuada, Formação para a Cidadania, Formação Docente e Leitura e Educação.

Sejam bem-vindos ao e-book “A Educação no Âmbito do Político e de suas Tramas”.

Willian Douglas Guilherme

## SUMÁRIO

### EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR E SOCIAL

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
A CORRENTE VYGOTSKYANA: UMA RESPOSTA À INCLUSÃO ESCOLAR?	
Rosmarí Deggerone Fernanda Ceolin Teló	
DOI 10.22533/at.ed.6561923121	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>12</b>
A EDUCAÇÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA: UM PROCESSO DE HUMANIZAÇÃO PELA APROPRIAÇÃO DA CULTURA	
Caroline Andrea Pottker	
DOI 10.22533/at.ed.6561923122	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>25</b>
A ESCOLA COMO ESPAÇO DE DISCUSSÃO SOBRE A VIOLÊNCIA INTRAFAMILIAR	
Raphaela Ferraz Figueiredo João Diógenes Ferreira dos Santos	
DOI 10.22533/at.ed.6561923123	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>37</b>
A ESCRITA DO SUJEITO SURDO: REFLEXOS DA ORALIDADE EM “SINAIS”	
Angela Lemos de Oliveira Christianne Benatti Rochebois	
DOI 10.22533/at.ed.6561923124	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>53</b>
A FAMÍLIA E A ESCOLA: CONECTANDO SABERES NO PROCESSO DE APRENDIZAGEM	
Marcele Rickes Ana Paula de Almeida Sabrine de Oliveira	
DOI 10.22533/at.ed.6561923125	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>62</b>
A INSERÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO: POSSIBILIDADES PARA A EFETIVAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E A AMPLIAÇÃO DA CIDADANIA	
Júlia Aparecida Costa Martins Flores Thaesa Jesana da Silva Bacellar	
DOI 10.22533/at.ed.6561923126	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>73</b>
A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM ALBINISMO NOS SISTEMAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL: REFLEXÕES SOBRE ASPECTOS DA DIVERSIDADE HUMANA	
Nivaldo Vieira de Santana	
DOI 10.22533/at.ed.6561923127	

<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>86</b>
ALFABETIZAÇÃO PARA AS DIVERSIDADES: UM APONTAMENTO DAS VULNERABILIDADES DENTRO DA ESCOLA	
José Henrique Monteiro da Fonseca Degmar Francisca dos Anjos Jessika Karoliny Ostelony da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6561923128</b>	
<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>94</b>
AS NOVAS CONFIGURAÇÕES DA ESCOLA E EDUCAÇÃO EM MEIO AS DESIGUALDADES SOCIAIS	
Andreia Moro Chiapinoto Juciane Severo Corrêa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.6561923129</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>106</b>
DESENVOLVIMENTO INFANTIL DO AUTISTA, BARREIRAS E CONQUISTAS NA INCLUSÃO ESCOLAR: UM ESTUDO DE CASO	
Jaluza das Neves Alves Fernandes Claudete Lima Elisandra da Silva Paz Ribeiro	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231210</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>112</b>
EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM INCLUSA	
Jéssica De Oliveira Giroto Adriana Maria da Silva Costa	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231211</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>123</b>
INCLUSÃO NA SALA DE AULA: PREMISSA PARA UM MUNDO IGUALITÁRIO	
Sandra Berro Maia Andréa Magale Berro Vernier Alan Pedroso Leite Bárbara Gehrke Bairros Émerson Juliano dos Santos Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231212</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>134</b>
O PROCESSO DE TRABALHO DAS ASSISTENTES SOCIAIS NO DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL DA UFSM: ESTRATÉGIAS INTERVENTIVAS PARA O FORTALECIMENTO DE UMA EDUCAÇÃO CIDADÃ E DEMOCRÁTICA	
Thaesa Jesana da Silva Bacellar Júlia Aparecida Costa Martins Flores	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231213</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>145</b>
PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA SEXUAL INFANTIL POR MEIO DE JOGO EDUCACIONAL	
Tiago Francisco Andrade Diocesano Carla Diacui Medeiros Berkenbrock	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231214</b>	

**CAPÍTULO 15 ..... 159**

REFLEXÕES SOBRE A INVISIBILIDADE DO NEGRO NAS ESCOLAS DO CAMPO

Carlos dos Santos Viana  
Marcelino Pinheiro dos Santos  
Maura Gleide Lima dos Santos  
Jussara Tânia Silva Moreira  
Diego Pita Ramos

**DOI 10.22533/at.ed.65619231215**

**CAPÍTULO 16 ..... 172**

REFLEXÕES SOBRE O ENSINO DA MATEMÁTICA NA VISÃO DE ALUNOS SURDOS

Renata Aparecida de Souza  
Jórcelia Erminia da Silva Carneiro  
Cláudia Landin Negreiro  
Maria Elizabete Rambo Kochhann

**DOI 10.22533/at.ed.65619231216**

**CAPÍTULO 17 ..... 184**

SÉCULO XXI: A REDENÇÃO...

Armando Guimarães Nembrí

**DOI 10.22533/at.ed.65619231217**

**CAPÍTULO 18 ..... 194**

A ARTE MOVIMENTO: CONSTRUÇÕES DE OFICINAS/VIVÊNCIAS NA ESCOLA

Edisio Pereira da Silva Luz Júnior  
Joyce Fernandes Prates  
Carmem Virgínia Moraes da Silva

**DOI 10.22533/at.ed.65619231218**

**ARTE E CULTURA**

**CAPÍTULO 19 ..... 207**

A TEORIA DA REPRODUÇÃO CULTURAL DE PIERRE BOURDIEU APLICADA A HISTÓRIA DO ENSINO NO BRASIL: DOS PRIMÓRDIOS DA EDUCAÇÃO ATÉ A DÉCADA DE 1990

Cláudia Regina Paese

**DOI 10.22533/at.ed.65619231219**

**CAPÍTULO 20 ..... 221**

ATIVIDADES CIRCENSES COMO CONTEÚDO NAS AULAS DE EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Jarbas Pereira Santos  
Daniel Ewerton Mendes  
Marilda Teixeira Mendes  
Michela Abreu Francisco Alves  
Kamila Rodrigues Silva  
Ketile Angélica Silva

**DOI 10.22533/at.ed.65619231220**

**CAPÍTULO 21 ..... 234**

ATOS E AFETOS : CONCEITOS FREIRIANOS AO ENCONTRO DO FAZER TEATRAL DE ARTISTAS DE GRUPOS DE TEATRO NAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO FORMAL

Barbara Leite Matias

**DOI 10.22533/at.ed.65619231221**

<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>246</b>
DIÁLOGOS ENTRE ENSINO DE CIÊNCIAS E MULTICULTURALISMO: UM LEVANTAMENTO DA PRODUÇÃO NOS ENPECS (1997-2015)	
José Elyton Batista dos Santos Dagmar Braga de Oliveira Manoel Messias Santos Alves Bruno Meneses Rodrigues Willian Lima Santos	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231222</b>	
<b>CAPÍTULO 23</b> .....	<b>258</b>
DIMENSÕES DA QUALIDADE EDUCACIONAL NA REDE MUNICIPAL DO RIO DE JANEIRO: O PROJETO ESCOLA E MUSEU COMO UMA PONTE ENTRE AS FORMAÇÕES ACADÊMICA E CULTURAL COM FOCO EM EQUIDADE	
Priscila Matos Resinentti Cristina Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231223</b>	
<b>CAPÍTULO 24</b> .....	<b>272</b>
EDUCAÇÃO MUSICAL EM ESCOLAS PÚBLICAS: A DIFERENÇAS ENTRE A CULTURA MUSICAL DE ALUNOS E PROFESSORES	
Luanna Aparecida Batista da Fonseca Rodrigo Cavalcante da Silva	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231224</b>	
<b>CAPÍTULO 25</b> .....	<b>279</b>
LETRAMENTO CULTURAL: DISPOSITIVO DE DESCONSTRUÇÃO E DENÚNCIA	
Erika Nunes de Jesus	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231225</b>	
<b>CAPÍTULO 26</b> .....	<b>292</b>
O BEIJU COMO FONTE DE SEGURANÇA ALIMENTAR E FORTALECIMENTO DA CULTURA	
Neuza França da Silva Valdinéia Ferreira dos Santos Piasson	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231226</b>	
<b>CAPÍTULO 27</b> .....	<b>304</b>
ORGANIZAÇÃO TERRITORIAL DAS COOPERATIVAS E ASSOCIAÇÕES DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS NO PERÍMETRO URBANO DE CAMPO GRANDE/MS EM 2016	
Lucimara De Oliveira Calvis Airton Aredes	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231227</b>	
<b>CAPÍTULO 28</b> .....	<b>318</b>
TRATAMENTO E GERENCIAMENTO DE RESÍDUOS QUÍMICOS DE LABORATÓRIOS ESCOLARES: CONCEITOS BÁSICOS E NECESSIDADE DE CONSCIENTIZAÇÃO	
Sérgio Giacomassi	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231228</b>	

## SAÚDE E EDUCAÇÃO

<b>CAPÍTULO 29</b> .....	<b>324</b>
REPRESENTAÇÃO SOCIAL DE ALIMENTAÇÃO E HÁBITOS ALIMENTARES DE MORADORES DE CONJUNTO HABITACIONAL POPULAR	
Carmelita Rikelly Santos de Souza	
Elza Francisca Corrêa Cunha	
Elizabeth Lustosa Costa	
Ingrid Stefanny Santos da Conceição	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231229</b>	
<b>CAPÍTULO 30</b> .....	<b>338</b>
EDUCAÇÃO E SANEAMENTO BÁSICO: O QUADRO BRASILEIRO E SEUS REFLEXOS SOBRE O ENSINO	
Joanna Ísis Chaves Carvalho	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231230</b>	
<b>CAPÍTULO 31</b> .....	<b>350</b>
NOVAS CONCEPÇÕES NA GESTÃO DA ÁGUA: UMA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS	
Clovis Gorczewski	
Micheli Capuano Irigaray	
<b>DOI 10.22533/at.ed.65619231231</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>363</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO</b> .....	<b>364</b>

## EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS: DESAFIOS DE UMA APRENDIZAGEM INCLUSA

*Data de aceite: 04/12/2018*

**Jéssica De Oliveira Giroto**

Centro Universitário Internacional UNINTER –  
Polo Vacaria-RS

**Adriana Maria da Silva Costa**

Centro Universitário Internacional UNINTER –  
Polo Vacaria-RS

**RESUMO:** Este artigo tem por objetivo analisar o processo de inclusão no ambiente escolar, relatando o contexto histórico da inclusão, as indagações que permeiam o direito do aluno incluso e seu uso das tecnologias em prol a educação inclusiva, considerando que as tecnologias tem ganhado espaço em diferentes espaços da sociedade, tornando-se uma ferramenta de auxílio pedagógico no contexto escolar, possibilitando que aos alunos inclusos despertarem suas habilidades e potencialidades, participando efetivamente nas atividades. Por fim, apresenta uma breve reflexão sobre o desafio do docente em vista aos dias atuais, e como vem se comportando em busca de um ensino de qualidade e mais inovador trazendo a inclusão e a tecnologia para dentro de sua sala de aula. Para a construção do trabalho nos reportamos às recomendações de Lima e Miotto (2007), no que diz respeito aos procedimentos

metodológicos da pesquisa bibliográfica, bem como em autores que discutem as temáticas investigadas neste estudo, como Costa e Silva (2013) que conceitua as tecnologias, Pletsch (2009), que discute a formação docente para a educação inclusiva, e Giroto et. al. (2012) que discute a inserção das tecnologias dentro do contexto da educação especial.

**PALAVRAS-CHAVE:** Inclusão; Tecnologia; Educação.

### DO EDUCATION AND TECHNOLOGIES: CHALLENGES OF INCLUSIVE LEARNING

**ABSTRACT:** This article aims to analyze the inclusion process in the school environment, reporting the historical context of inclusion, the questions that permeate the right of the included student and its use of technologies in favor of inclusive education, considering that technologies have gained space in different spaces of society, becoming a tool of pedagogical assistance in the school context, enabling the included students to awaken their abilities and potentialities, effectively participating in the activities. Finally, it presents a brief reflection on the challenge of the teacher in the present day, and how he has behaved in search of a quality education and more

innovative bringing the inclusion and technology into his classroom. For the construction of the work, we refer to the recommendations of Lima and Mito (2007), regarding the methodological procedures of bibliographic research, as well as authors discussing the themes investigated in this study, such as Costa e Silva (2013), which conceptualizes the technologies, Pletsch (2009), which discusses teacher education for inclusive education, and Giroto et. al. (2012) that discusses the insertion of technologies within the context of special education.

**KEYWORDS:** Inclusion. Technology. Education.

## 1 | INTRODUÇÃO

A história da inclusão perpassa um longo cenário de luta, desrespeito ao direito de viver e ser aceito como cidadão na sociedade. Processo hoje conhecido como exclusão. Trabalhar a questão da exclusão e inclusão abrange, questões socioeconômicas e culturais e nos remete a buscar entender a legislação e considerar, a possibilidade de aplicabilidade da mesma nos diferentes espaços da sociedade. Vale ressaltar que é um processo, bastante complexa, tendo em vista a realidade vivida atualmente, que encontra diferentes percalços para compreensão e aplicabilidade dos parâmetros legais, referente à inclusão.

Adentrando no contexto escolar, verificamos uma situação de angustia e medo por parte de toda comunidade escolar, quando falamos na inclusão, ou no aluno incluso. Compreender o real significado a inclusão e aplica-la de forma responsável em sala de aula, tem sido, o calcanhar de aquiles, para muitos profissionais da educação. A luta diária de familiares e profissionais da área da educação, na busca em criar e implementar metodologia, que viabilize de fato a inserção dos alunos inclusão, tem causado uma discussão nos diferentes ambientes de ensino, e levantado algumas questões que inquietam a todos.

Como está sendo a inserção do aluno com necessidade especial em sala? Como adaptar o currículo e utilizar as novas tecnologias, de forma a contemplar a todos sem excluir nenhum aluno? A comunidade escolar está preparada tanto no que remete a questão da infraestrutura como em qualificação dos profissionais para atender de forma responsável os alunos, respeitando o que tange a lei da inclusão?

Diante desse cenário, o referido artigo embasado numa pesquisa bibliográfica busca enfatizar ainda que de forma superficial considerando a relevância do tema, como as tecnologias, podem auxiliar o professor no processo de ensino aprendizagem dos alunos com necessidades especiais? A verificação dessas questões, traz à tona a utilização das salas de recursos e as tecnologias assistivas, considerando que muito além do processo de alfabetização desses alunos, a escola tem o compromisso de torna-los cidadãos cada vez mais emancipados.

## 2 | HISTÓRIA DA INCLUSÃO

Recorrer à história é o melhor caminho para se entender os fatos da atualidade e em muitos casos traçar metas e perspectivas futuras. Desse modo, Terra e Freitas (2004, p 7) salientam que a história traz uma reflexão: como o presente mantém relações com outros tempos, inserindo-se em uma extensão temporal, que inclui o passado, o presente e o futuro; ajuda analisar os limites e as possibilidades das ações de pessoas, grupos e classes no sentido de transformar realidades ou consolidá-las.

Diante desse contexto a educação especial vem traçando um histórico de incompreensão, lutas, conquistas e acima de tudo avaliando a compreensão de reconhecimento do outro e do direito a igualdade, hoje tão discutido e respalda do por lei.

A relação de incompreensão é abordada já na antiguidade como salienta Sêneca, citado por Moisés (1990), *o processo de sacrifício de toda a espécie viva, incluindo os homens se dava na busca de evitar a infecção dos demais, era um processo visto como natural de tirar as partes sãs das doentes.*

A realidade que permeia a história das pessoas com necessidades especiais, é envolta de um cenário de massacre, tortura, abuso e abandono, atitudes que envolviam questões sociais, econômica e religiosas. Não eram vistas como membros da sociedade, e muito menos tinham direitos básicos respeitados, eram vistos como seres anormais.

Em Roma as leis não eram favoráveis às pessoas que nasciam com deficiência, aos pais era permitido matar as crianças com deformidades físicas pela prática do afogamento ou abandonavam seus filhos em cestos no Rio Tibre, os sobreviventes eram explorados nas cidades ou passavam a fazer parte de circos para o entretenimento dos homens ricos. (BOAS, 2018, p .1).

Nota-se nesse contexto, que a pessoa deficiente, era excluída em razão da sua deficiência, associada a uma “ineficiência”, pois, não seria “produtiva” para a nobreza. Assim, nada podia ser feito, e só restava a aceitação dessa condição. Como salienta Aranha (2005), o processo de inclusão das pessoas com deficiência, no período medieval ainda, mascarava uma realidade de misticismos juntamente com crueldade, onde as pessoas eram consideradas demoníacas.

Com a queda da questão do poder das igrejas, a questão da deficiência, passou ser reconhecimento como uma questão de saúde pública respaldada pela lei. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948, afirma em seu Artigo 1, que: “Todas os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos. São dotados de razão e consciência e devem agir em relação uns aos outros com espírito de fraternidade” (BRASIL, 1998).

Essa luta pelo reconhecimento das pessoas com deficiências tem uma

longa história, e segue construindo cada tijolo na sua longa construção, se fazer compreender e ser aceito, nos diferentes espaços. Como salienta Carvalho (2006) [...] *a distância entre o concebido e o realizado pode ser explicado pelo próprio entendimento que se tem de inclusão.*

Vivemos ainda hoje numa sociedade que tem como estereótipo, o avaliação de pessoas perfeitas ou reconhecidas como “normais”. A esse respeito é importante vermos o que nos aponta Foucault (2001) como anormal: os anormais são os que fugiam do padrão de normalidade de comportamento e de estrutura comportamental-social, o que não se enquadrava na normalidade da sociedade.

Compreender e fazer todos efetivarem a conceito da representatividade da palavra inclusão principalmente no ambiente escolar é uma luta constante.

### 3 | A APRENDIZAGEM INCLUSIVA

Durante toda a história, muitos filósofos estudaram em busca de um ponto para a verdadeira aprendizagem inclusiva, onde a grande incógnita era incluir aos que estavam a margem da exclusão, entre outras dificuldades para obter sucesso necessário processo, foi e continua sendo encontrar metodologias possíveis de serem compreendidas e aplicadas na teoria e prática, obtendo resultados positivos no final.

O processo de inclusão surge como um procedimento que exige adequação mútua, envolvendo esforços de todas as partes envolvidas, visando promover e implementar os ajustes necessários para que se possibilite o livre acesso e a convivência de todos em espaços comuns. MATURANA (2015, p. 2)

Ainda segundo a inclusão, a Lei nº 4.024, art.88 (1961) salienta que “A educação de excepcionais deve, no que for possível, enquadrar-se no sistema geral da educação, a fim de integrá-los na comunidade.” Ou seja, deve-se enquadrar no máximo que possível uma educação comum e geral para todos os educandos, a fim de ter educação para todos.

Complementa a declaração de Declaração de Salamanca art. 11º (1994, p. 13) “ O planejamento educativo elaborado pelos governos, deverá concentrar-se na educação para todas as pessoas em todas as regiões do país e em todas as condições econômicas, através de escolas públicas e privadas.

A inclusão vem como proposta de trazer uma nova sociedade, já que dentro de uma sociedade capitalista a qual estamos, será um grande desafio para todos, não somente educadores, mas sim, de todos profissionais das diferentes áreas, entender que a inclusão é um processo e deve atender à para todos.

[...] escola inclusiva é uma escola onde se celebra a diversidade, encarando-a como uma riqueza e não como algo a evitar, em que as complementaridades

das características de cada um permitem avançar, em vez de serem vistas como ameaçadoras, como um perigo que põe em risco a nossa própria integridade, apenas porque ela é culturalmente diversa da do outro, que temos como parceiro social (CÉSAR, 2003, p.119).

O grande ponto de partida para a inclusão envolve duas esferas principais da sociedade, família e escola, espaços reconhecidos como porto seguro de todos, ganhando maior ênfase quando se trata de pessoas com necessidades especiais. De acordo com Glat (1996, p.111), o sucesso na relação entre família-escola tem sido apontado na literatura como um dos principais fatores facilitadores da inclusão escolar.

A aceitação que de que todos somos diferentes, porém munidos de habilidades e potencialidades, independente de nossas limitações é o primeiro passo para construção de uma nova metodologia de ensino, que quebra com as barreiras do ensino tradicional e abre portas para novo cenário educativo, que vê em cada aluno um potencial individual e possível de ser explorado.

A Educação Inclusiva é comumente apresentada como uma evolução da escola integrativa. Na verdade, ela não é uma evolução, mas uma ruptura, um corte, com os valores da educação tradicional. A Educação Inclusiva assume-se como respeitadora das culturas, das capacidades e das possibilidades de evolução de todos os alunos. A Educação Inclusiva aposta na escola como comunidade educativa defende um ambiente de aprendizagem diferenciado e de qualidade para todos os alunos. É uma escola que reconhece as diferenças, trabalha com elas para o desenvolvimento e dá-lhe um sentido, uma dignidade e uma funcionalidade (RODRIGUES, 2000, p. 10)

Quando falamos numa escola inclusiva, estamos falando na inclusão de todos, compreender que são as diferenças e divergências e as diferenças que nos completam e constrói nosso conhecimento e desenvolvimento enquanto pessoa.

### **3.1 A inserção da inclusão na sala de aula**

A inserção da inclusão na de aula é um tanto delicada para se entender, pelo motivo de que a cada dia estar recebendo novas informações e atualizações tanto para a docência como o docente, métodos novos para ser trabalhado, desta forma quanto mais o tempo passa mais nova fica a palavra inclusão.

A educação inclusiva em sala de aula é iniciativa que agrega conhecimento e crescimento para toda comunidade escolar, não somente para o incluso, mas sim para todos os estudantes da sala regular. Esta é a grande proposta de inclusão. Incluir a todos, não somente os que necessitam, mas sim de quem já está inserido naquele meio.

Dados do Censo escolar pelo Ministério da Educação indicam um grande aumento de matrículas de alunos com deficiência, ou seja, com a obrigatoriedade de ensino regular para pessoas com deficiência, todos os que estavam fora da escola, hoje buscam por uma inclusão dentro da sala regular de ensino. Segue

abaixo, dados enviados pelo Censo Escolar da Escola Básica, do número de alunos inclusos matriculados nas escolas Regulares do Rio Grande do Sul, no ano de 2017, tendo em vista que do ano 2018 não fora publicado ainda.

*Matrícula Inicial - EDUCAÇÃO ESPECIAL - RS 2017*

Dependência Administrativa	Educação Especial						Total
	Creche	Pré-Escola	Ensino Fundamental	Ensino Médio	Educação Profissional	Educação de Jovens e Adultos	
Estadual	0	4	1.264	192	0	107	1.567
Municipal	52	64	1.109	0	0	338	1.563
Particular	171	248	4.832	57	0	5.593	10.901
<b>Total</b>	<b>223</b>	<b>316</b>	<b>7.205</b>	<b>249</b>	<b>0</b>	<b>6.038</b>	<b>14.031</b>

Fonte: MEC/INEP/DEED/CGCEB - Censo Escolar da Educação Básica 2017

Nota: A Matrícula Inicial da Educação Especial corresponde ao número de alunos em Escolas Exclusivamente Especializadas e/ou Classes Especiais

Na imagem acima mostra um número que avança a cada ano o que reflete no progresso que está tendo em busca de salas de aulas regulares inclusas. Em 2014, mais de 689 mil estudantes especiais estavam matriculados em classes regulares, ou seja, hoje o percentual sobre para 93% de matrículas nas escolas públicas de estudantes portadores de necessidades educacionais especiais e com isso o ministério da educação vem trazendo as escolas novos métodos de ensinar e educar todos os estudantes, não somente os “inclusos”. Ou seja, trazem e metodologia de inclusão a todos.

Assim a educação especial se constituiu como caráter indispensável para as escolas, que vem a partir de uma forma mais libertadora, ensinar aos que não tinham esperança de aprender, e principalmente de estarem cientes que teriam os mesmos direitos de uma pessoa “normal”, sem necessitar diretamente de uma educação especial.

### 3.2 Os desafios da docência

O grande desafio da docência principalmente vem da formação de professores, para os mesmos estejam realmente aptos a ter qualidade de uma boa educação. Preparar-se para ser um docente qualificado para trabalhar na educação especial, perpassa muitas vezes unicamente o que se é aprendido em cursos. A prática diária em sala faz com que o professor, passe a perceber as inúmeras especificidades encontradas entre seus alunos, e busque metodologias que venham proporcionar uma aprendizagem significativa para todos os alunos.

É necessário desenvolver estudos que contemplem uma visão sistêmica da inclusão, não atribuindo apenas ao professor a responsabilidade pelas dificuldades enfrentadas. Urgentes são ainda a elaboração e construção de instrumentos e recursos pedagógicos que favoreçam o professor em sua prática

cotidiana, além do refinamento dos relatórios psicopedagógicos desenvolvidos no acompanhamento dos alunos incluídos. (SERRA & PAZ, 2007, p.82)

É importante salientar que o professor não está sozinho nesse processo, o aluno é responsabilidade de toda a escola, sendo assim, cabe a cada profissional que atua nesse espaço o compromisso de atender e zelar para o bom andamento do processo de ensino aprendizagem de todos.

Existe uma estrutura para a organização da educação especial, criada a mais de 40 anos e que vem sendo aplicada até hoje, usando como metáfora um sistema de cascata que coloca os níveis de organização da estrutura educacional especial, conforme exemplifica a Figura 1 a seguir:

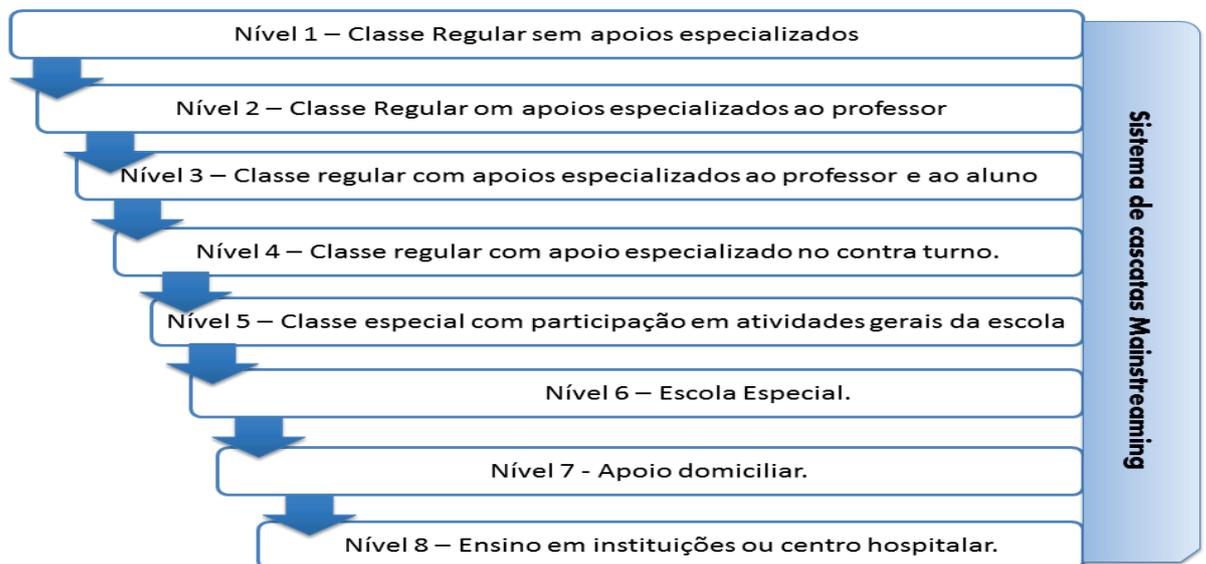


Figura 1 – Estrutura de organização da educação especial.

Fonte: Adaptado de Ferreira e Guimarães, 2003.

Os professores devem estar cientes, da responsabilidade de elaboração e aplicabilidade das diferentes metodologias a serem trabalhadas com as turmas, sabendo, os objetivos que quer alcançar, visualizando sempre o crescimento individual como um todo do seu aluno, independentemente de suas limitações.

A profissão do docente é complexa, depende de muitos fatores para dar certo, ele utiliza de muitos recursos, e muitas vezes acabam esquecendo-se de um recurso muito versátil nos dias de hoje, que veio para facilitar a aprendizagem, porém, não é notado por ser lembrado somente para alguns lazeres fora do contexto aprendizagem, à tecnologia. Utilizar dessas ferramentas, possibilita ao docente novas alternativas para desenvolver suas aulas e manter-se constantemente atualizado.

De acordo com o Art. 13 da Resolução CNE/CEB nº 4/2009, que institui as diretrizes operacionais para o AEE, na educação básica, modalidade Educação Especial, são trabalhos do docente especializado que atua neste serviço:

I – identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial; II – elaborar e executar plano de Atendimento Educacional Especializado, avaliando a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade. III – organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais; IV – acompanhar a funcionalidade e a aplicabilidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola; V – estabelecer parcerias com as áreas Inter setoriais na elaboração de estratégias e na disponibilização de recursos de acessibilidade; VI – orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno; VII – ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação; [...]. (BRASIL, 2009).

Um professor como educador deve acreditar na mudança, se não acreditasse não seria educador, não faria sentido estar na frente da sala de aula se não tivesse confiança no que pode mudar e construir, seja na vida profissional ou social de seu aluno.

#### 4 | TECNOLOGIA INCLUSA

Com o avanço da tecnologia atual é impossível ministrar, ensinar, educar sem aderir ao recurso que mais é utilizado hoje em dia. Para isso, a tecnologia inclusiva vem ao nosso favor para não nos confortar, mas justamente tirar-nos do conforto e auxiliar cada vez mais nossos alunos a se sentirem a cada dia mais incluídos.

Complementando com o a lei das atribuições do professor de sala de aula inclusiva, que coloca como serviço do professor trazer recursos, muitos dos quais, já disponibilizados pelo ministério da educação, são as tecnologias, que buscam diversificar o trabalho em sala. Tais recursos são utilizados no contexto educacional para favorecer a aprendizagem do aluno, seja incluso ou não, sejam alunos com TDHA, alunos com deficiências motoras e cognitivas, tendo em vista a ajuda em sala de aula.

Diferentes possibilidades de recursos são enviados para as escolas, pelo Ministério da Educação, os quais trazem a tecnologia a tona, como aplicativos, lousas, arquivos e jogos digitais para computadores, tablets e outros entre tantos que auxiliam na aprendizagem dos educandos, lembrando que são usados por alunos inclusos ou não, uma vez que se compreende uma grande disponibilidade disto, seria a sala de recursos multifuncionais, sob a denominação de tecnologia assistiva e importante salientar o que apresenta o Comitê de Jura Técnica.

Tecnologia Assistiva é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivam promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, Comitê de Ajudas Técnicas, 2009)

A tecnologia assistiva, também como pode ser caracterizada como um local ou área que disponibiliza pesquisas e desenvolvimentos de recursos que de certa forma auxiliam e favorecem a produtividade, aumento e melhoria das habilidades do sujeito com deficiência, em suas diferentes fases da vida. Assim, permitindo esse desenvolvimento, a pessoa tem mais chances de se desenvolver melhor, se torne mais produtiva e assim mais realizada.

Esses recursos, da tecnologia assistiva, também disponibilizadas pelo Ministério da Educação para sala de recursos que estão sendo distribuídos pelas escolas, bem como materiais em braile, áudios, libras juntamente com laptops com sintetizador de voz, arquivos digitais para qualquer comunicação do aluno, entre diversos outros recursos que são disponibilizados para promover o processo do currículo.

Deste modo, consta que esta proposta de inclusão vem muito mais do que trazer a garantia de direito a todos os educandos frequentem as salas de aulas regulares de ensino, que muitos destes recursos são indispensáveis para nossos alunos, e que todos devem ter acesso, não só por terem direitos, mas sim a necessidade de poderem aprender com eles.

Todavia, com a existência de recursos tecnológicos disponíveis nas escolas, sabendo da sua grande expansão de seu acesso, demanda-se que tenha um ótimo acesso vindo do docente, por muitas vezes não utilizadas por falta de competência pelo professor no uso desta ferramenta. Ao nível que a tecnologia já avançou, é quase impossível pedir que um aluno não a utilize como ferramenta de estudo e pesquisa, e que por fim, deve-se destacar que todas estas ferramentas tecnológicas disponibilizadas para docentes e educandos são representadas por meios e não por fim.

A formação dos professores deve abranger o desenvolvimento de sua sensibilidade para que possam refletir sobre a própria prática docente e, assim, planejar de maneira flexível, articulando o ensino às demandas de aprendizagem dos alunos, considerando diversas possibilidades de educacionais. (COSTA, 2010, p. 531)

As capacitações, principalmente dos professores, não devem ser privadas somente por ferramentas teces, e isso requer-se necessário que entendam e compreendam a necessidade e os princípios de uma educação tecnológica inclusiva, para que por meio deles, haja mudança e assim comece uma nova era da educação que inclui verdadeiramente.

## REFERÊNCIAS

ASSIS, Árbila Luiz Armindo, 1ª edição – Curitiba. InterSaberes, 2012.

ARANHA, Maria Salete Fábio. Projeto Escola Viva: garantindo acesso e permanência de todos os

alunos na escola: necessidades educacionais especiais dos alunos. Brasília: 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/visaohistorica.pdf>>. Acesso em: 03/04/ 2019

BLASCOVIA, ASSIS, Silvana, M. 3ª edição Campinas, 2009.

BOAS, G. Retrospecto histórico da pessoa com deficiência na sociedade. 2018. Disponível em: [www.portaleducacao.com.br](http://www.portaleducacao.com.br). Acesso em: 12/04/2018

BRASIL. Declaração Universal dos Direitos Humanos. Brasília, 1998. Disponível em: [www.unesdoc.unesco.org](http://www.unesdoc.unesco.org). Acesso em: 04. Abril. 2019

BRASIL. Lei 4.024 de dezembro de 1961. TÍTULO X, Da educação de excepcionais. Diário oficial da União, poder executivo, Brasília, DF, 27/12/1961, P.11429

BRASIL. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação Câmara de Educação Básico. Institui Diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, Modalidade Educação Especial. Diário Oficial da União, Brasília, 5 de Outubro de 2009, Seção 1 p.17.

BRASIL. Subsecretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência. **Comitê de Ajudas Técnicas. Tecnologia Assistiva**. Brasília: COD, 2009. 138 f. Disponível em: [www.pessoacomdeficiencia.gov.br](http://www.pessoacomdeficiencia.gov.br). Acesso em: 13/04/2019.

CARVALHO, R. E. Educação inclusiva: com os pingos nos “is”. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.

CÉSAR, M. A escola inclusiva enquanto espaço-tempo de diálogo de todos para todos. In: RODRIGUES, D. Perspectivas sobre a inclusão: da educação à sociedade. Porto: Porto Editora, 2003. p. 117-149

COSTA, V. A. da. Inclusão de alunos com deficiência: experiências docentes na escola pública. Revista Debates em Educação. Maceió, v. 3, n. 5, p. 49-62 jan./jun. 2011.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais, 1994, Salamanca-Espanha

CARMO, João dos Santos, 1ª edição – Curitiba. InterSaberes, 2012.

FERNANDES, Sueli. Fundamentos para Educação Especial, 1ª edição – Curitiba. InterSaberes, 2013.

FOUCAULT, Michel. Os Anormais. São Paulo: Martins Fontes, 2001. 1ª ed. Biblioteca da Pesquisa.

GIROTTI, Claudia Regina Mosca. POKER, Rosimari Bortolini. OMOTE, Sadao. (Org) – Marília : Oficina Universitária: São Paulo: Cultura Acadêmica, 2012. 238 p. Inclui Bibliografia. ISBN 978-85-7983-259-8.

Glat, R. (1996). O papel da família na integração do portador de deficiência. Revista Brasileira de Educação Especial. 1996.

LAPLANE, A. F. O que os dados do censo escolar relevam sobre as barreiras à inclusão?, Educação e Fronteiras On-Line, Dourados/MS, v.5, n13 p. 7-20, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br>>. Acesso em: 18/04/19

MATURANA, A M. Educação Especial e a Relação Família - Escola: Análise da produção científica de teses e dissertações. Revista Quadrimestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional, SP. Volume 19, Número 2, Maio/Agosto de 2015: 349-358. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/pee/v19n2/2175-3539-pee-19-02-00349.pdf>. Acesso em: 11/04/2019

RODRIGUES, D. O paradigma da educação inclusiva: reflexões sobre uma agenda possível. Inclusão. 2000.

SÊNECA. Tratado sobre a clemência. Int. trad e notas Moise. Petrópolis: Vozes, 1990.

SERRA, V. V. PAZ, M. Atitudes de professores frente à inclusão educacional: o impacto do suporte e dos valores organizacionais [Dissertação de Mestrado]. Brasília: Universidade Católica de Brasília; 2007. 82p

TERRA, A. FREITAS, D. Referencial Curricular de História da Fundação Bradesco. Págs. 2-12. São Paulo. Dez/2004.

## **SOBRE O ORGANIZADOR**

**WILLIAN DOUGLAS GUILHERME** - Professor Adjunto da Universidade Federal do Tocantins, Câmpus de Arraias. Coordenador Substituto do Curso de Pedagogia. Representante Docente no Conselho Diretor. Membro do Comitê Interno de Assessoramento do Programa Institucional de Iniciação Científica/UFT. Líder do Grupo de Pesquisa/CNPq “Educação e História da Educação Brasileira: Práticas, Fontes e Historiografia” e membro do Grupo “Laboratório de Formação de professores e práticas dialógicas na Educação- Lapedi - UFT”. Tem Pós-Doutorado em Educação, 2018 (FACED/UFU). Doutor em Educação, 2016 (UNESP/Marília). Mestre em Educação, 2010 (FACED/UFU). Graduado em História, 2007, Bacharelado e Licenciatura (UFU), Bolsista IC/CNPq (08/2004 a 08/2007) integrando ao Núcleo de Estudos e Pesquisa em História e Historiografia da Educação (NEPHE/FACED/ UFU). Graduado em Pedagogia, 2013, Licenciatura, pela Universidade de Uberaba (UNIUBE). Durante o mestrado, foi bolsista CAPES; Secretário da Revista Cadernos de História da Educação (NEPHE/FACED/UFU); representante Discente no Conselho da Faculdade de Educação (CONFACED); representante Discente nos Conselhos Superiores: CONSUN (Conselho Universitário) e CONPEP (Conselho de Pesquisa e Pós-Graduação); membro do CONAD (Conselho de Administração do Hospital de Clínicas da UFU); membro da CPAUFU (Comissão Própria de Avaliação da Universidade Federal de Uberlândia); membro da Comissão de Revisão do Estatuto e do Regimento Geral da UFU; eleito Coordenador Geral da APG-UFU (Associação dos Pós-Graduandos da Universidade Federal de Uberlândia) biênio 2008/2009. Desenvolve pesquisa na busca, identificação e catalogação de fontes primárias para a História da Educação como jornais, periódicos, atas, imprensa, leis, relatos, levantamento de acervos públicos e particulares, entre outros, tendo como foco a História Local e a História das Instituições Escolares, assim como efetiva participação em cursos de Especialização (lato sensu) voltados para a formação de professores com foco na gestão, organização, planejamento, orientação e avaliação na Educação Básica.

## ÍNDICE REMISSIVO

### A

Alfabetização 61, 86, 87, 88, 89, 90, 91, 113, 174, 283, 284, 335

Aprendizagem 1, 2, 3, 4, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 14, 16, 17, 18, 19, 23, 44, 53, 54, 58, 59, 60, 61, 64, 68, 71, 97, 102, 106, 107, 112, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 124, 136, 141, 145, 161, 162, 166, 168, 172, 173, 177, 178, 179, 181, 182, 189, 195, 196, 198, 205, 222, 223, 230, 232, 241, 259, 262, 263, 268, 269, 275, 319, 338, 343, 348, 349, 358

### C

Cidadania 28, 29, 38, 59, 62, 63, 66, 67, 68, 69, 70, 71, 72, 91, 93, 101, 135, 142, 143, 163, 188, 227, 229, 230, 262, 275, 283, 345, 351, 353, 357, 358, 359, 360, 361

Conceitos Vygotskyanos 1, 4

Consumo 94, 99, 100, 101, 103, 104, 295, 299, 304, 305, 306, 307, 308, 309, 315, 320, 324, 325, 328, 330, 331, 332, 333, 336, 354, 359

Crianças 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 35, 36, 38, 39, 43, 47, 48, 49, 51, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 63, 65, 66, 67, 69, 70, 71, 73, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 106, 107, 108, 109, 110, 114, 123, 124, 125, 126, 130, 131, 132, 133, 142, 145, 146, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 163, 164, 165, 166, 173, 175, 176, 177, 180, 181, 210, 217, 218, 223, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 239, 240, 261, 265, 266, 275, 276, 280, 293, 295, 325, 328, 334, 335, 336, 342, 344, 345, 346, 347, 348

Cultura Surda 184, 190, 191, 192

### D

Direitos Humanos 62, 67, 72, 73, 74, 82, 84, 85, 91, 114, 121, 143, 207, 340, 341, 347, 350, 351, 352, 354, 356, 359, 361, 362

Doutores Surdos 184, 187, 188, 190

### E

Educação Brasileira 66, 73, 77, 104, 187, 207, 208, 211, 212, 213, 214, 218, 219, 363

Educação de surdos 37, 39, 51, 189, 190, 191, 193

Educação do campo 159, 167, 168, 169, 170, 232

Educação e Sociedade 207

Educação Especial 12, 13, 14, 23, 35, 112, 114, 117, 118, 119, 121, 124, 126, 133, 173, 180, 182, 191, 192

Educação infantil 66, 67, 73, 75, 77, 78, 81, 84, 123, 124, 126, 127, 132, 133, 170, 182

Educando 19, 53, 54, 57, 58, 60, 89, 93, 94, 95, 223, 225, 236, 237, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245

Ensino de Matemática 172, 176, 183

Escola 1, 2, 3, 4, 5, 7, 10, 12, 13, 15, 16, 17, 18, 19, 21, 22, 23, 25, 26, 33, 34, 35, 39, 45, 48, 49, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 69, 70, 71, 77, 79, 80, 81, 82, 84, 85, 86, 87,

88, 89, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 113, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 124, 125, 126, 127, 129, 133, 144, 147, 150, 159, 160, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 173, 177, 179, 180, 184, 189, 194, 196, 198, 199, 200, 204, 205, 206, 207, 209, 210, 211, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 223, 224, 226, 227, 228, 229, 230, 232, 233, 234, 235, 236, 237, 238, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 247, 248, 258, 259, 260, 261, 262, 263, 264, 267, 268, 269, 270, 272, 273, 274, 275, 277, 289, 334, 335, 339, 343, 344, 348, 358

Escrita 4, 7, 37, 38, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 51, 57, 86, 87, 88, 179, 180, 185, 186, 189, 191, 201, 234, 279, 280, 281, 282, 283, 284, 285, 286, 287, 288, 289, 290, 291

## F

Família 25, 27, 28, 29, 30, 31, 33, 35, 38, 53, 54, 55, 56, 58, 59, 60, 62, 69, 72, 90, 96, 100, 107, 108, 110, 116, 121, 124, 125, 127, 133, 141, 146, 196, 201, 204, 210, 216, 267, 273, 292, 293, 294, 295, 297, 302, 303, 326, 333, 336, 342, 357, 358

## G

Gênero 16, 26, 30, 36, 67, 86, 89, 142, 165, 207, 247, 250, 285

## H

História da Educação 37, 103, 104, 189, 207, 208, 219, 363

Humanização 12, 14, 15, 16, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 92, 227, 235, 347

## I

Inclusão 1, 2, 3, 5, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 22, 23, 45, 46, 49, 68, 70, 71, 73, 85, 91, 93, 106, 110, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 128, 129, 130, 132, 133, 137, 172, 173, 176, 177, 181, 182, 183, 200, 202, 227, 229, 306, 317, 327, 356

Inclusão Escolar 1, 13, 14, 106, 116, 125

## J

Jogo 8, 9, 58, 91, 95, 101, 103, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 210, 212, 225, 229, 238, 243, 245

## L

Libras 18, 39, 40, 46, 49, 51, 53, 120, 172, 173, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 182, 183, 185, 191

Língua de sinais 37, 38, 39, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 48, 49, 50, 51, 173, 174, 175, 176, 177, 181, 182, 189, 190, 191, 192

Linguagem 1, 4, 5, 6, 7, 11, 22, 24, 27, 36, 40, 41, 42, 43, 44, 45, 46, 49, 50, 51, 52, 61, 64, 87, 88, 89, 93, 106, 108, 109, 175, 176, 177, 179, 185, 190, 193, 221, 222, 225, 266, 279, 280, 282, 283, 286, 288, 289, 290, 295, 302, 325

Língua Portuguesa 37, 43, 44, 45, 46, 48, 50, 51, 88, 178, 179, 180, 184, 185, 191, 258, 259, 279, 281, 285, 288, 289

## M

Mediação Pedagógica 123

Movimentos Sociais 159, 160, 166, 167, 168, 170, 171, 353, 356, 362

## O

Oficinas/Vivências 194, 199

## P

Pessoas com albinismo 73, 75, 76, 80, 81, 82, 84, 85

Poder 9, 25, 27, 29, 30, 31, 33, 34, 35, 42, 65, 68, 70, 75, 79, 80, 84, 91, 95, 99, 101, 102, 103, 114, 121, 140, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 171, 189, 212, 217, 227, 229, 235, 238, 239, 267, 280, 281, 282, 284, 286, 288, 294, 296, 301, 307, 313, 316, 331, 333, 341, 342, 343, 345, 347, 351, 352, 353, 356, 357

Políticas públicas 13, 14, 27, 29, 31, 32, 33, 43, 67, 73, 74, 75, 77, 81, 83, 84, 85, 104, 135, 139, 160, 169, 172, 220, 229, 231, 232, 258, 296, 331, 335, 338, 339, 341, 342, 343, 345, 346, 347, 360

Prevenção 30, 31, 32, 34, 145, 147, 148, 149, 150, 151, 152, 157, 168, 295, 322, 358

Psicologia Escolar/Educacional 194, 195, 196, 197, 205, 206

Psicologia Histórico-Cultural 12, 14, 21, 23

## R

Reprodução Cultural 207, 208, 210, 211, 218

## S

Serviço Social 62, 67, 68, 70, 71, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 142, 143, 144, 223, 288

Sexualidade 86, 90, 92, 93, 145, 148

Surdez 38, 45, 48, 51, 173, 181, 183, 184, 185, 186, 187, 191, 192, 193

## T

Tecnologia 9, 53, 56, 112, 118, 119, 120, 121, 158, 249, 267, 290, 321, 328

Teoria da Reprodução Cultural 207, 208

Teoria Sócio-Histórica 194

## V

Violência Intrafamiliar 25, 26, 27, 28, 33, 34, 35

Violência Sexual Infantil 145, 147, 148, 152, 156, 157

